

Discurso da Abertura Solene [02.10.2024]

[Vocativo]

Encontramo-nos naquela que foi a Sala do Trono da Primeira Dinastia de Portugal, sob o olhar atento da realeza que governou o nosso país até à implantação da República Portuguesa em 1910.

A Sala do Trono é, atualmente, a Sala Grande dos Atos, parte integrante do Paço das Escolas, constituindo-se como um dos locais mais carismáticos da Universidade de Coimbra. E é neste local que anualmente cumprimos a ancestral tradição de iniciarmos oficialmente mais um novo ano letivo, momento alto para a nossa academia.

O ano letivo 2024/2025 ficará indelevelmente marcado pelo cruzamento de um conjunto de efemérides importantes. Refiro-me aos 50 anos da Revolução dos Cravos, aos 500 anos do nascimento de Luís Vaz de Camões, em ambos os casos com celebrações já em curso, mas também assinalaremos os 700 anos da morte d’el Rei D. Dinis, e os 735 anos da fundação da primeira universidade portuguesa pelo mesmo soberano, numa cerimónia que terá lugar neste mesmo espaço, no dia 01 de março de 2025, Dia da Universidade.

Sejam todas e todos muito bem-vindos a mais um ano letivo na Universidade de Coimbra, com uma nota especial dirigida aos novos estudantes, docentes, investigadores e corpo técnico, que agora se juntam a nós neste percurso coletivo. Como nota de compromisso, quero deixar bem claro que a instituição tudo fará para cumprir com as legítimas expectativas que vos levaram a escolher esta comunidade académica como vossa casa para o percurso que pretendem trilhar.

Estou certo de que sentirão o apoio e a solidariedade de toda a comunidade académica nesta fase tão importante do vosso crescimento pessoal, onde, à aquisição de competências essenciais à saída para o mercado de trabalho, se deverão juntar, igualmente, os valores humanistas que a Universidade de Coimbra cultiva e transmite às gerações futuras. Rapidamente entenderão que o espírito de Coimbra é único no contexto português – e até europeu –, e que a vossa caminhada não será, certamente, solitária.

Uma parte importante da vossa experiência coimbrã passará necessariamente pelo envolvimento nas múltiplas atividades desenvolvidas pela Associação Académica de Coimbra (AAC). Sendo uma instituição autónoma e independente, não posso, no entanto, deixar de salientar a ligação umbilical da AAC à Universidade de Coimbra. São muitos os projetos em comum, e é preciosa a sua intervenção nas atividades extracurriculares, absolutamente fundamentais para a completa formação dos estudantes enquanto seres humanos multifacetados. Estamos unidos nessa causa. É infinitamente mais o que nos une do que aquilo que, eventualmente, nos possa em algum momento separar. E só pode ser assim, porque os estudantes são a razão de ser da nossa universidade. Desejo por isso que este seja mais um ano letivo em que as sinergias, o respeito mútuo e a sã convivência prevaleçam. E mesmo na divergência, porque o mundo não é um bloco monolítico de perspetivas, é de elementar justiça que se reconheça que o diálogo tem sido sempre o primeiro passo para a resolução de situações potencialmente geradoras de desconforto. Este tem sido sempre o meu compromisso e tenho sentido a existência de reciprocidade por parte da DG/AAC.

Foi, aliás, com este espírito sinérgico que realizámos, pelo segundo ano consecutivo, a Semana de Acolhimento e Integração, transversal a todas as Unidades Orgânicas, com pontos altos a decorrerem em pleno coração do património histórico da UC, nomeadamente a Rua Larga e o Pátio das Escolas, envolvendo mais de 13.500 participantes (correspondendo a um aumento de cerca de 25% em relação ao ano anterior). Dar a conhecer os principais espaços de estudo e serviços de apoio, proporcionar a descoberta da cidade e envolver, desde a primeira hora, nas dinâmicas do ecossistema associativo, constituíram objetivos centrais desta iniciativa, que contou com a forte parceria da Associação Académica de Coimbra, numa relação umbilical, de respeito mútuo e de trabalho conjunto na defesa da comunidade estudantil.

Este formato de acolhimento e integração, único no país, leva-me inevitavelmente a um tema recorrente que é a Praxe.

Enquanto estudante desta vetusta instituição, praxeiei e fui praxado. Foi um ato voluntário e que encarei com toda a naturalidade. No entanto, nem quando praxeiei, nem quando fui praxado, houve excessos que não seriam admissíveis. Não se trata de andar a bater em ninguém, porque felizmente esse tipo de práticas não se verificam na nossa academia há

muitas décadas. No entanto, situações de humilhação são em si mesmas atos de abuso moral inaceitável. Pior ainda quando o que é dito encerra em si mesmo, implícita ou explicitamente, mensagens de intolerância.

Chegaram-me relatos, por fontes oficiais, que configuram situações inaceitáveis, tais como as que mencionei (nomeadamente de intolerância e discriminação). É certo que não aconteceu dentro das instalações da UC, coisa que eu não permitiria que sucedesse e levaria a processo de inquérito e eventual processo disciplinar. No entanto, aconteceu em espaço público, envolvendo membros da comunidade UC e, portanto, mancham a imagem e os valores pelos quais pautamos a nossa vida pessoal e coletiva.

Aos estudantes (aos que cá estão e aos que acabam de chegar), quero lembrar que a liberdade tem de ser defendida todos os dias. Os valores da UC não se coadunam com este tipo de comportamentos onde existe uma manifesta distorção do conceito de liberdade (e de Praxe). Ao criarmos a Semana de Acolhimento e Integração demos o sinal para aquilo que entendemos ser um processo de acolhimento e integração pela positiva. Tudo o que resvala para outros patamares configura comportamentos inaceitáveis.

Se não houver a capacidade de praxar sem que isso signifique atropelos aos mais básicos direitos humanos e valores humanísticos, então não se admirem que um dia esses comportamentos desviantes acabem com a Praxe, pagando o justo pelo pecador. Portanto, peço encarecidamente que cuidem da Praxe, para que não se percam tradições que são distintivas da UC. Dar argumentos em sentido contrário é dar razão a quem condena e é contra a Praxe.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Concurso Nacional de Acesso (CNA) é um tema profundamente mediatizado. Normalmente existe um mediatismo associado ao processo de candidaturas, e outro após se conhecerem os resultados dessas candidaturas. Há análises para todos os gostos, sendo que uma parte importante é descontextualizada ou enviesada.

No nosso caso, penso que se justifica uma análise serena relativamente aos resultados que obtivemos no Concurso Nacional de Acesso (CNA) para o ano letivo que agora se inicia.

Pretendo abordar este assunto começando pelo Campus da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz, sendo as minhas primeiras palavras para agradecer aos colegas que têm dado o seu melhor para que consigamos cumprir com o exigente cronograma inicialmente previsto. Como qualquer projeto que se inicia do zero, as dificuldades, os obstáculos, e os acidentes de percurso, surgem de todos os quadrantes. Por múltiplas razões, que não irei explicar neste momento por ser um processo complexo e onde todos os detalhes contam, o arranque de cursos conferentes de grau (uma licenciatura e dois mestrados) já neste ano letivo, era uma obrigação.

Importa, no entanto, ter presente que a formação é apenas um dos eixos desta aposta estratégica que necessita de tempo e resiliência para que alcance a sua consolidação. Esse tempo começou no dia em que tomámos a decisão de avançar para este inovador projeto, mas temos de perceber que é um processo em curso, e que apenas no médio e longo prazo produzirá os resultados que ambicionamos e nos quais acreditamos.

A aposta estratégica no Campus da Figueira da Foz congrega sobretudo um conjunto de oportunidades de investigação, de inovação e de colaboração com o tecido societal e empresarial, presente e futuro, que permitirá à UC afirmar-se, nacional e internacionalmente, de modo cada vez mais consistente em consonância com a visão de uma universidade global e vanguardista. O seu propósito maior, nesta como em outras zonas de influência da UC, é construir processos de proximidade e coordenação entre a Academia, o mercado de trabalho, os territórios e as populações, de forma a fomentar processos de inovação e ecossistemas de aprendizagem escaláveis, sustentáveis, modernos e humanizados através de uma ação-investigação contextualizada.

Dito isto, no essencial, os resultados obtidos pela UC na primeira fase do CNA 2024 não se afastam substancialmente dos resultados de anos anteriores, tendo mesmo subido ligeiramente na atração dos 25% melhores estudantes, de 9.4 para 9.6%. Se considerarmos apenas a oferta existente nos anos anteriores e já consolidada na UC, verifica-se mesmo o melhor resultado dos últimos 5 anos no que respeita ao número de

vagas que ficaram por preencher, 84 de 3412 vagas. A UC ocupa e mantém a terceira posição nacional quando comparamos o número de vagas iniciais e o número de vagas ocupadas. A taxa de ocupação situa-se acima dos 97%, sendo que quase 90% escolhem a UC nas três primeiras opções. No corrente ano a UC obteve o segundo melhor resultado da última década em termos de percentagem de colocados em primeira opção (58.4%), valor só superado no ano transato com 61%. Um aspeto que valorizo bastante, diz respeito à confirmação das inscrições por parte dos estudantes colocados, sendo que vínhamos de um histórico com valores a rondar os 400 estudantes que não confirmavam a inscrição, tendo este ano baixado para metade desse valor. Além disso, o Índice de Excelência (rácio entre número de candidatos em 1.^a opção com nota de candidatura igual ou superior a 17 valores versus número de vagas iniciais disponíveis) subiu de 31.8 em 2023 para 35.5 neste ano.

Como há sempre uma pequena competição interna pela nota mais elevada de ingresso, posso informar que este ano quem levou a melhor foi a FMUC (19.98 valores).

Uma nota também muito positiva para os estudantes em mobilidade Erasmus, onde nos iremos superar, com aumentos significativos face ao ano de 2023, qua já foi o melhor ano de sempre, com um crescimento de 14% nas candidaturas de mobilidade *incoming* e 27% nas candidaturas de mobilidade *outgoing*. O reforço da internacionalização é um ponto crítico para a UC. São estes números que nos tornam verdadeiramente globais, e é dessa forma que queremos (e temos) de ser vistos por quem olha para nós.

No entanto, como sou muito exigente comigo próprio, gostava que tivéssemos apenas reforçado ou mantido posições. Infelizmente descemos uns pontos no índice de atratividade que se situa agora em 1.14. Esta descida de 5 pontos percentuais em relação ao ano passado, reforça a minha convicção sobre a necessidade imperiosa de que, no tempo que me resta de mandato, a reforma pedagógica plasmada no meu programa de candidatura a Reitor seja a prioridade das prioridades, em virtude da mudança de paradigma com que tivemos de lidar nos anos mais recentes (pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia). O mundo mudou, as pessoas mudaram, os jovens mudaram. As condições sociais alteraram-se. A nós cabe também acomodar e acompanhar essas mudanças. E estou certo de que as iremos operacionalizar com sucesso. Sabemos o que temos de fazer, mas temos de o fazer coletivamente

Tudo indica que entrámos num período em que a fórmula de financiamento se encontra relativamente estável. Esta estabilidade é absolutamente fundamental para conseguirmos fazer uma gestão interna adequada da nossa oferta pedagógica. Para nos situarmos, quando a discussão da nova fórmula de financiamento se iniciou, ainda com o anterior elenco ministerial, numa primeira abordagem a situação da UC levava-nos para uma diminuição do orçamento de estado em cerca de 8 milhões de euros anuais. Depois de muito trabalho e argumentação, conseguimos que a fórmula se fosse aproximando daquilo que são as exigências de uma universidade de investigação, sendo que, no Orçamento de Estado para 2025, a UC irá ter um financiamento que corresponde sensivelmente ao valor que lhe é devido olhando ao seu número de estudantes (na verdade até ficámos um pouco além desse valor). O resultado é bom, mas é volátil. Temos de melhorar porque as restantes Instituições de Ensino Superior não irão ficar paradas.

Perante a situação em que nos encontramos, temos de nos concentrar em gerir bem a nossa oferta pedagógica. A ideia de que abrir cursos indiscriminadamente resolve o problema da atratividade é uma miragem. Temos sim de ter um portfólio bem estruturado, ancorado numa oferta de primeiro ciclo naquilo que são as áreas científicas estabilizadas, dando naturalmente espaço para áreas emergentes, mas fazendo uma aposta muito forte fundamentalmente nos segundo e terceiro ciclos, onde a ligação à sociedade deve ser a prioridade. Não se podem criar cursos de segundo e terceiro ciclo para alimentar os nossos egos. Os cursos de segundo e terceiro ciclos devem ser criados para dar resposta a desafios sociais (culturais, ambientais, económicos, empresariais, regionais, nacionais e internacionais). É por isso que temos de revisitar toda a nossa oferta pedagógica para que possamos perceber onde estamos bem, onde podemos melhorar, e onde estamos mal. A informação já foi recolhida e agora iremos Unidade Orgânica a Unidade Orgânica, Departamento a Departamento, e Curso a Curso, dialogar com a comunidade académica para percebermos quais as melhores opções.

Todas as opções têm de estar em cima da mesa. Podemos ter de encerrar cursos. Podemos ter de reformatar cursos. Podemos ter de fundir cursos. Podemos ter de criar cursos. Certo é que as nossas opções têm de tornar sempre mais atrativa a nossa oferta pedagógica.

A aproximação entre investigação e inovação é particularmente importante, pelo que o recente lançamento de unidades curriculares de 1.º e 2.º ciclo no âmbito do empreendedorismo, transversais a toda a universidade, se apresenta como um bom exemplo da reforma que procuraremos. São múltiplas as vantagens deste modelo: (1) iremos contar com estudantes que verdadeiramente escolheram frequentar estas unidades curriculares, sendo esse um fator diferenciador no empenho e produtividade ao longo dos dois semestres; (2) o facto de serem unidades curriculares transversais ajuda a que se constituam turmas multidisciplinares, com o cruzamento de várias áreas do saber, para além dos percursos que serão necessariamente diferentes; e (3) a metodologia aplicada, numa combinação de aulas presenciais, componente online assíncrona, e geração de ideias e projetos, levará a que os estudantes sejam orientados para a aplicação da componente teórica à resolução de problemas. Esperamos e desejamos que deste projeto-piloto possam nascer negócios inovadores sustentados numa forte vertente científica interdisciplinar.

Mas quando me refiro a uma reforma pedagógica, o alcance das minhas palavras deve ser entendido na sua plenitude. Deve ser uma preocupação nossa (em boa verdade também o deveria ser por parte da cidade e da região) olhar com muita atenção para a discussão em redor dos hospitais universitários. É com profunda indignação que vejo ser constituída para discutir esta matéria uma Comissão Técnica Independente, constituída por 17 elementos, onde apenas um é de Coimbra. Não há nenhuma perspetiva que permita justificar esta discriminação negativa. Ainda assim, espero que a reflexão que vai ser feita permita concluir o óbvio: a missão matricial de um Hospital assenta na atividade assistencial, mas exige-se de um hospital de perfil universitário que promova igualmente um ensino e formação de qualidade, a par da melhor e mais atualizada investigação e inovação. Espera-se, assim, que a atual dispersão geográfica da Unidade de Saúde Local de Coimbra (ULS Coimbra), que abrange 21 municípios, não contribua para diluir a componente académica da atividade hospitalar.

E deseja-se também que o atual modelo de financiamento, sustentado unicamente na capitação e no perfil populacional (como aliás em todas as ULS, independentemente da existência ou ausência de condição académica associada), não afete a necessidade de

investimento na diferenciação tecnológica e na inovação medicamentosa, obrigatórias numa estrutura de âmbito universitário.

Só assim se cumprirá cabalmente a missão de uma unidade hospitalar integrada, a par da Universidade, num Centro Académico e Clínico como o de Coimbra.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Embora muito houvesse para dizer sobre a conjuntura nacional e internacional que se vive, e a forma como uma quantidade assinalável de eventos pode impactar as nossas vidas e, mais concretamente, o governo da universidade, irei focar-me em dois aspetos que se justificam pela sua atualidade e relevância.

O primeiro tema a que pretendo dar especial realce diz respeito à falta de habitação estudantil.

Para se perceber como este assunto é preocupante, convirá dizer que cerca de 75% dos estudantes da UC têm residência permanente fora do distrito de Coimbra. Desses, mais de 2/3 cumprem os requisitos legais para serem considerados estudantes deslocados. E não é de agora, estamos a falar de uma realidade que tem muitas décadas. E, objetivamente, este é um cenário que apenas se irá intensificar.

Portanto, sim, este é um problema sério!

Aqui chegados, convirá dizer que a habitação estudantil é uma parte muito relevante do orçamento das famílias dos estudantes deslocados. É caro? Efetivamente é, mas a situação agrava-se devido aos rendimentos médios de uma família portuguesa, quando comparamos com estudantes provenientes de outros países, nomeadamente europeus.

Como tem vindo a acontecer com muitos outros assuntos, também na habitação estudantil o problema parece que não existia e, de um momento para o outro, eis que se instala o caos.

Identificado o problema, o governo anterior, aproveitando as verbas do PRR, resolveu criar uma linha de financiamento para a requalificação e construção de residências para o ensino superior. A Universidade de Coimbra, não obstante ser das Instituições de

Ensino Superior com mais camas *per capita*, procurou, ainda assim, aumentar tanto quanto possível o número de camas a disponibilizar à sua comunidade estudantil.

O que aconteceu a seguir é digno de uma tragicomédia. Houve instituições que, nada tendo a ver com o ensino superior, entenderam por bem fazer residências para estudantes (terá sido a forma encontrada para requalificarem património). Houve autarquias que, mesmo não tendo ensino superior, também entenderam por bem fazer residências (talvez na esperança de atraírem polos de Instituições de Ensino Superior). No entanto, diga-se, em abono da verdade, que essas entidades pelo menos esforçaram-se para que instituições de ensino superior pudessem vir a utilizar essas camas (concessão da gestão). E, como é óbvio, também houve autarquias com ensino superior (onde se inclui Lisboa e Porto) que também se preocuparam em construir ou ceder para requalificação imóveis municipais.

No nosso caso, tentámos tudo o que nos foi possível para ter mais soluções, tendo acabado por ficar restringidos exclusivamente ao nosso património. Temos alguns processos de requalificação em curso (Combatentes e Alegria), e iremos construir mais duas residências de raiz: Luís de Camões e Monumentais (com início de construção previsto para o primeiro trimestre de 2025). Atingiremos uma capacidade superior a 1400 camas. Quisemos também incluir no nosso programa o edifício onde está instalada a atual Maternidade Daniel de Matos (igualmente propriedade da UC), mas não foi considerado elegível, porque da avaliação do projeto não resultava plausível que ela nos fosse devolvida em tempo útil para fazermos as obras de requalificação. E com razão: a nova maternidade continua onde sempre estive - no papel.

Desde o início do ano letivo que temos procurado corresponder aos anseios dos estudantes que nos procuram, através dos SASUC, inclusivamente com a concretização de iniciativas lançadas pelo atual Governo, pela mão do Ministério da Juventude e Modernização, que apostou em três medidas para o combate à falta de alojamento disponível:

1 – O reforço da oferta de camas utilizando a capacidade instalada das Pousadas de Juventude e do INATEL, através de protocolos entre a Movijovem e o INATEL com as

instituições de ensino superior, para que a gestão das camas seja realizada pelos Serviços de Ação Social;

2 – A criação de uma linha de financiamento para as instituições de ensino superior assinarem protocolos para reforço de camas com entidades públicas, privadas e do setor social em residências estudantis, passando a integrar a oferta de alojamento estudantil;

3 – A atribuição de 50% do valor do complemento de alojamento para estudantes deslocados, em agregados familiares com rendimentos situados entre 23 e 28 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS).

No entanto, apesar da bondade das iniciativas aprovadas, e talvez devido à excessiva mediatização das mesmas, acabou por ocorrer um efeito indesejado, consubstanciado na subida abrupta dos preços da habitação estudantil por parte do mercado, dificultando, por um lado, a concretização das medidas, e, por outro, sobrecarregando as famílias com maiores custos de subsistência no ensino superior.

Junta-se a este ponto a ocupação total das residências universitárias da UC, escasseando a oferta para quem nos procura, o que, para uma organização como a nossa, é verdadeiramente crítico.

Num contexto destes, não se entende, até, como é que o valor do complemento de alojamento para um estudante deslocado em Coimbra se cifre nos 305,56€, como teto máximo, posicionando o concelho no penúltimo patamar nacional deste apoio. É inconcebível face aos preços praticados, mas cuja raiz do problema é de fácil identificação.

Na senda das notícias veiculadas no início do ano letivo, principalmente focadas na crise da habitação, ficámos a saber que a união de freguesias onde uma fatia considerável do edificado da Universidade de Coimbra se encontra, é aquela que recebe mais estudantes para habitar no período académico. Referia o órgão de comunicação social, reportando dados de 2021 do Instituto Nacional de Estatística, que Santo António dos Olivais seria a segunda freguesia do país com mais casas vagas: 3.285 casas que não estavam para venda ou arrendamento.

Mas temos outro dado adicional: a outra união de freguesias onde temos uma forte presença da UC, precisamente aqui, na união de freguesias de Coimbra, era a terceira a nível nacional com mais habitações vagas – 2.930.

Desengane-se quem considera que, afinal, não estamos perante uma crise de habitação, uma vez que, aparentemente, parece que existe uma grande quantidade de casas sem ocupação. No entanto, todos sabemos do peso que o mercado paralelo, sem contratos ou recibos, tem em Coimbra. E, agora, conseguimos perceber o impacto tão nefasto para quem pretende seguir os seus estudos em qualquer instituição de ensino superior no concelho. São anos e anos sem ninguém querer agir, levando a uma situação insustentável e que carece de uma mobilização forte, especialmente das autoridades competentes, para conseguirmos acabar com este flagelo. Faço um apelo para que possamos, definitivamente, acabar com uma das principais raízes do problema da crise do alojamento estudantil, e que possamos retirar a cidade de Coimbra deste reprovável Top 3 nacional.

Termino este tópico esperando que a minha mensagem seja percecionada por toda a cidade. A especulação em torno da habitação estudantil traz problemas de atratividade. A matriz da Universidade de Coimbra é a de uma instituição de abrangência nacional, e tudo faremos para que assim continue.

Mas a UC não pode ajudar a cidade se a cidade não se mobilizar para ajudar a UC.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O segundo tema que pretendo abordar de forma mais detalhada é o do emprego científico.

Durante muitas décadas a Universidade de Coimbra, como as restantes universidades espalhadas pelo país, doutoravam um número muito restrito de pessoas. Em boa verdade, os doutorandos, à época, praticamente não se constituíam como estudantes enquanto tal. A carreira académica tinha o seu início antes do doutoramento. Na altura, os concursos eram abertos para Assistentes Estagiários que, após a obtenção do grau de Mestre ou equivalente, passavam a ser Assistentes. Os Assistentes tinham um contrato de trabalho onde estava expressamente consignada a sua passagem a Professor Auxiliar

após a obtenção do Grau de Doutor (ainda assim com a existência de um período probatório de 5 anos até que passasse a contrato por tempo indeterminado).

Com a evolução dos tempos, surgiram várias alterações no edifício jurídico associado ao ensino superior, com especial destaque para o denominado Processo de Bolonha, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), e a revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU).

Entre as muitas premissas que mudaram, permitam-me que destaque duas: (1) a entrada na carreira docente universitária passou a ser feita já com o Grau de Doutor e, normalmente, através de concurso para Professor Auxiliar; (2) a formalização de um terceiro ciclo de estudos criou, efetivamente, os estudantes de doutoramento, com a consequente massificação de jovens doutores.

Esta profunda alteração na dinâmica do ensino superior fez com que, já há mais de década e meia, o doutoramento passou a ser o culminar dos estudos superiores, e não o teto de uma carreira (como assim era entendido em tempos idos).

Para o país, é uma riqueza enorme!

Para os estudantes, também o é!

Então onde é que tudo isto falha?

Há pouco mais de trinta anos, houve a perceção de que, para nos aproximarmos dos países evoluídos em matéria de produção de conhecimento, era necessário criar um sistema científico e tecnológico. À época, a academia era muito fechada, criando muitos constrangimentos internos à sua própria evolução, especialmente quando esta envolvia aqueles que se tinham ido doutorar no estrangeiro e convivido com realidades muito distintas da nossa. E foi esta razão que levou ao aparecimento de estruturas paralelas que se dedicaram fundamentalmente à investigação, mas que progressivamente se foram afastando das suas instituições de ensino superior de origem.

O resultado prático deste movimento foi o de ter doutorado muitas pessoas, mas sem que existisse, na prática, uma articulação com as universidades.

Em tempo útil, deveria ter havido uma decisão política no sentido de fundir, de forma efetiva, as estruturas de ensino com as estruturas de investigação (especialmente no que

às pessoas diz respeito). E isso não foi concretizado porque politicamente não houve a coragem para o fazer (quero acreditar que não tenha faltado, antes da coragem, a visão). Simultaneamente, também não existiu o discernimento para passar a mensagem de que os tempos eram outros e de que, para o bem e para o mal, um doutoramento não implicava um emprego para a vida.

A forma encontrada para alimentar o ciclo vicioso instalado, constituiu-se como um “Ovo de Colombo”, mas estava ferida de morte desde o seu início. Criou-se o designado “emprego científico”, onde os salários das investigadoras e dos investigadores passaram a ser pagos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Os erros resultantes de tal decisão política são múltiplos, destacando-se os seguintes: (1) foi transmitida a mensagem de que, após o doutoramento, a existência de uma posição por tempo indeterminado numa instituição de ensino superior, era a consequência mais natural e que dependeria apenas de uma questão de tempo; (2) esta tomada de decisão foi operacionalizada em paralelo ao normal funcionamento das instituições de ensino superior (e não em articulação com elas); (3) a FCT passou a funcionar como agência de emprego temporário (precário); (4) a FCT, ao desviar orçamento para o pagamento de salários, passou a ter cada vez menos dinheiro para apoiar os projetos de investigação e os bolseiros; (5) como resultado desta tempestade perfeita, passámos a ter investigadoras e investigadores a serem pagos para executarem projetos que não existem.

Portanto, o problema do emprego científico não tem 5, nem 10, nem 15 anos. Já lá vão quase duas décadas desde o Compromisso com a Ciência (2006) e o Programa Ciência (2007). É certo que as investigadoras e os investigadores não têm culpa, mas a alguém deveriam ser assacadas responsabilidades. Não estamos a falar de pessoas com 30 anos de idade que entendem que devem ter um contrato de trabalho para a vida. Estamos a falar de pessoas na faixa etária dos 45-50 anos - ou até mais -, que toda a vida estiveram numa situação precária e a quem foram sucessivamente criadas expectativas que não têm qualquer adesão à realidade.

Reconheça-se, no entanto, que houve um esforço real do anterior Governo para tentar lidar com este enorme problema.

E eis-nos chegados ao FCT-Tenure.

Na prática o programa FCT-Tenure assume duas premissas iniciais que são frequentemente ignoradas: (1) não haverá contratos de trabalho por tempo indeterminado para todas as investigadoras e investigadores que têm o estatuto de DL57 (regime transitório, CEEC individual, e CEEC institucional); (2) empurra estes contratos para a órbita orçamental das instituições de ensino superior, ajudando durante uns poucos anos a suportar custos salariais fixos que irão prolongar-se por cerca de duas ou três décadas.

Como é sabido, foram abertas 1000 vagas para a primeira edição desta candidatura, que ainda não se encontra fechada. Entretanto, este número subiu para 1100 vagas. Quem originou a abertura deste número de vagas foram, repito, os DL57 (regime transitório, CEEC Individual, e CEEC institucional) que, no seu conjunto, contabilizam 2.530 pessoas (estimativa inicial do MCTES em janeiro de 2024). Portanto, como é óbvio, 2.530 pessoas não se encaixam em 1100 vagas. Como se não bastasse, a essas vagas poderão concorrer todas as pessoas que tenham (ou tenham tido) um vínculo, a termo, com o sistema científico e tecnológico nacional. Transitando para a nossa realidade, só na UC, existe mais de meio milhar de potenciais candidatos que cumprem os requisitos para poder concorrer ao FCT-Tenure.

A segunda premissa a que fiz referência diz respeito ao facto de as instituições de ensino superior terem de assumir para a vida estes novos contratos, tendo um apoio parcial que varia entre 3 e 6 anos consoante a tipologia de vaga (docente ou investigador). Esta imposição interfere claramente com a autonomia das instituições de ensino superior. Pode-se sempre argumentar que as instituições não tinham de se candidatar a este programa, mas isso seria um desrespeito pelas nossas investigadoras e investigadores. No caso da UC, como já referi, estamos a falar de cerca de 100 pessoas que acabam contrato até final de 2026, tendo nós tido o cuidado de submeter 158 candidaturas, ou seja, mais de 50% do número de vagas necessárias até ao final de 2026. Para irmos tão longe, tivemos de hipotecar verbas resultantes das reformas de pessoal docente previstas até ao final de 2027.

Portanto, analisemos com clareza o cenário que temos pela frente: (1) existe um erro político com muitos anos; (2) existe uma vontade de o resolver parcialmente (o número de vagas é manifestamente insuficiente); (3) é lançado um programa nesse sentido (FCT-Tenure); (4) a UC, hipotecando as suas reformas até ao final de 2027, assumiu um número de candidaturas superior em mais de 50% ao número de investigadoras e investigadores que se encontravam a trabalhar connosco e cujo término do contrato se situava algures até ao final de 2026.

Como se todo o processo não fosse em si já profundamente preocupante, o próprio *modus operandi* é singular no sistema científico nacional, podendo ser considerado como um dos atentados mais ferozes (senão mesmo o mais feroz de que há memória) à autonomia das instituições, especialmente se nos focarmos na gestão de ciência.

Até hoje, os programas científicos eram avaliados pela qualidade da instituição (exemplo do CEEC institucional) ou pela qualidade das pessoas (exemplo das bolsas de doutoramento). Pois o FCT-Tenure não cai em nenhuma das situações, e nem sequer é uma mistura de ambas. Na prática, a candidatura tinha duas partes: (1) perfil da instituição; (2) perfil da vaga.

O resultado prático é o pior de dois mundos: nem escolhemos as vagas de acordo com a nossa estratégia, nem recrutamos as pessoas de acordo com a sua qualidade. Informam-nos das vagas, sem considerar a estratégia da instituição. Iremos colocar as vagas a concurso, sabendo que houve perfis que não nos foram atribuídos e que tinham candidatos de enorme valor. Era difícil fazer tão mal, mas conseguiu-se.

Os resultados provisórios conhecidos dão à UC um número que seria expectável considerando a nossa dimensão, o número de vagas a concurso e candidaturas efetivadas.

Ainda assim, no meio de tanta incongruência, aproveito para esclarecer que a classificação da UC no perfil da instituição, Critério A, obteve classificação superior ao perfil da instituição que teve um sucesso superior a 90% das vagas que candidatou. Significa isto que, institucionalmente, a UC fez o que lhe era devido, tendo sido o perfil das vagas determinante para o resultado final. E será bom ter este aspeto em consideração antes de se alijarem responsabilidades ou apontar o dedo à Reitoria.

Deixo, aqui, o meu apelo ao Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Prof. Doutor Fernando Alexandre, a quem publicamente elogio a competência, lucidez e bom senso, para que intervenha, especialmente no que diz respeito ao procedimento (dialogando com as instituições e permitindo que elas tenham um papel ativo na realocação de vagas que alinhe com a estratégia institucional) e às vagas a disponibilizar (que deveriam ser desde já aumentadas para minimizar e corrigir distorções demasiado evidentes).

Quero terminar este capítulo com uma mensagem de esperança para as nossas investigadoras e investigadores relembrando que até 2030, na UC, efetivaremos cerca de 300 aposentações no corpo docente, pelo que vai ter de ocorrer, necessariamente, entrada de sangue novo no sistema. Acredito, por isso, que, com calma e bom senso, muitas das pessoas que competentemente têm desenvolvido atividades de investigação na UC, poderão encontrar aqui o seu espaço, sendo certo de que nos encontramos num mundo cada vez mais competitivo. O futuro da UC depende dos mais novos, mas a qualidade e a competência serão determinantes para uma UC em crescimento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A área da Qualidade é absolutamente crucial para um bom desempenho e credibilidade interna e externa da UC.

Anunciei no meu discurso de 01 de março deste ano que tínhamos obtido, na Avaliação Institucional pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), o período máximo de Acreditação (6 anos), o que é notável.

A esse resultado juntou-se recentemente o resultado da auditoria de renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade da Universidade de Coimbra pela NP EN ISO 9001:2015 realizada pela APCER, com sucesso pleno. Em 16 áreas de atuação auditadas, não foi identificada qualquer não conformidade ou qualquer área sensível.

Para além de demonstrar conformidade com todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a equipa auditora sublinhou um conjunto de pontos fortes da nossa instituição:

- ▶ a UC analisa constantemente o seu contexto, identifica e ouve as partes interessadas, analisa tendências dentro de seu plano estratégico e avalia riscos e oportunidades, evidenciando uma gestão focada na eficiência e melhoria contínua;
- ▶ a UC adota uma estratégia de gestão sustentável das atividades e recursos, com forte compromisso com a responsabilidade social, destacando-se em áreas como Ambiente e Ação Climática e Cidadania, Igualdade e Inclusão;
- ▶ a UC destaca-se pelo processo de desmaterialização e simplificação de procedimentos, suportados na criação e melhoria de plataformas WEB e na implementação de iniciativas para reduzir o impacto ambiental;
- ▶ as lideranças da UC demonstram forte empenho na melhoria contínua e no uso eficaz de ferramentas de gestão e indicadores de desempenho, o que assegura uma gestão eficiente dos recursos disponíveis;
- ▶ a abertura, a competência e a experiência das equipas de trabalho da UC são elemento-chave para o sucesso contínuo da instituição.

Também a Área Financeira é absolutamente crucial pela sua influência nas decisões estratégicas, e credibilidade interna e externa da UC.

Irei dar apenas dois números que me parece serem suficientes para demonstrar a nossa solidez financeira.

Irei dar apenas um número que me parece ser elucidativo sobre a nossa solidez financeira.

O Património Líquido da UC, que ascende a mais de 450 milhões de euros, cresceu, entre 2018 e 2023, 144 milhões euros, a que corresponde um aumento de 47%. No quinquénio anterior (2013-2018) esse aumento tinha sido de 13 milhões de euros.

Temos por isso hoje mais qualidade e mais músculo financeiro para olhar o futuro com confiança redobrada.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em ano Olímpico e Paralímpico, mal ficaria o Reitor se não tivesse uma palavra de reconhecimento em relação a todos os nossos estudantes-atletas, embaixadores por excelência da nossa universidade, o que muito nos honra.

Felizmente, cumpre-me realçar, sem quaisquer reservas, os feitos desportivos que os estudantes-atletas da Universidade de Coimbra têm vindo a conquistar, ano após ano, nos mais variados palcos, com destaque para jogos Europeus, Mundiais e, particularmente no corrente ano, com a sua honrosa presença no maior palco desportivo do mundo, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 2024.

Cinco dos nossos estudantes marcaram presença no evento e, orgulhosamente o digo, que a Universidade de Coimbra, a par da Universidade do Porto, foram as Instituições de Ensino Superior portuguesas com mais estudantes presentes naquela que é a mais impactante e global organização desportiva.

Quero nesta Abertura Solene, relativa ao ano letivo 2024/2025, saudar e agradecer o desempenho da nossa comitiva constituída pela Catarina Costa (FMUC), no judo, Camila Rebelo (FMUC), na natação, Diogo Cancela (FCTUC) e Tomás Cordeiro (FPCEUC), na natação adaptada, e Telmo Pinão (FCDEF), no ciclismo adaptado.

Destaque merecido para Diogo Cancela, o porta-estandarte da delegação paralímpica, que conquistou a medalha de bronze nos 200 metros estilos e diploma olímpico nos 100 metros mariposa, classe S8. Telmo Pinão, no ciclismo, 3000 metros perseguição individual, e Tomás Cordeiro na natação, 200 metros classe SM10, alcançaram, ambos, o diploma olímpico. Catarina Costa, recentemente medalha de bronze no Campeonato da Europa e quinto lugar no Mundial de Judo, e Camila Rebelo, campeã da Europa em 200 metros costas, com recorde nacional, fecham o leque de estudantes atletas que, com a sua participação em Paris, nos encheram de orgulho.

Porque o corrente ano não se esgotou no Jogos Olímpicos e Paralímpicos, importa igualmente sublinhar que os mais recentes feitos dos nossos estudantes não aconteceram, apenas, no maior palco desportivo mundial. Iago Bebianco (FCTUC) e Tiago Neves (FCDEF) também se superaram com a conquista da medalha de prata nos recentes Mundiais Universitários de canoagem e de futebol praia, respetivamente, a que

se soma a conquista de várias medalhas em eventos Europeus por parte destes e de outros estudantes-atletas da UC.

A Universidade de Coimbra tem, de forma consistente, apostado numa estratégia de promoção do campus saudável como complemento da saúde e bem-estar, contando atualmente com mais de 15% da sua comunidade envolvida em alguma das múltiplas iniciativas que promove. No alto rendimento, os resultados a que já fiz referência demonstram igualmente uma aposta concreta sobretudo na melhoria das condições de conciliação da carreira académica com a desportiva e nos respetivos apoios aos estudantes-atletas. Mas não nos ficamos por aí, porque é também, através do desporto, que a UC se tem sabido posicionar para melhorar a qualidade das suas infraestruturas desportivas e, conseqüentemente, as condições de prática dos seus utilizadores, particularmente da comunidade académica.

Aconteceu assim em 2018, com a organização dos Jogos Europeus Universitários (EUSA Games) e acontecerá, já no próximo ano (2025), com a organização das Fases Finais dos Campeonatos Nacionais Universitários (CNUs), e com a realização em Coimbra do Campeonato Europeu Universitário de Ténis e Padel, no final deste ano letivo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O tema que vai servir de mote à XXVII Semana Cultural, a ter lugar entre 01 e 15 de março de 2025, será “Poesia”. Termo cunhado a partir do verbo que significa simplesmente ‘fazer’ ‘construir’ (*poiein*), a palavra *poiesis* designa, antes de mais, todo o tipo de ‘construção’ ou ‘criação’, embora se tenha vindo a especializar, já na Antiguidade e sobretudo a partir de Platão e Aristóteles, como forma de designar um produto intelectual elevado e definidor do caráter.

Num ano em que conflui a celebração de efemérides particularmente significativas para Portugal, para a Lusofonia e sobretudo para a Universidade de Coimbra - aos 700 anos da morte d’el Rei D. Dinis, juntam-se os 500 anos do Nascimento de Luís Vaz de Camões, e ainda os 735 anos de vida da Universidade de Coimbra -, eleger a Poesia como tema da XXVII Semana Cultural torna-se quase um imperativo cultural e ético.

Antes de mais por ser D. Dinis o Rei-Poeta, título que se justifica não apenas pelo contributo que deu à literatura, mas pela tenacidade criativa e construtora, que são afinal conceitos cobertos igualmente pelo termo *poietes* ou ‘poeta’.

Em seguida, porque desse impulso criador decorre a fundação da Universidade de Coimbra, também ela um ato poético em construção ininterrupta, no qual cada geração continua a inscrever renovados contributos à arte, à cultura e à ciência.

Finalmente, porque a celebração dos 500 anos do Nascimento de Luís de Camões, cujo arranque oficial ocorreu em Coimbra a 10 de junho de 2024, continuará a ser evocada com iniciativas culturais e científicas, sublinhando o papel unificador que a língua de Camões assumiria nos territórios hoje pertencentes à comunidade lusófona, bem como o contributo fundamental da Universidade de Coimbra para a promoção e difusão da língua e cultura portuguesas.

Fica lançado o desafio aos múltiplos agentes culturais da cidade, do país, e do mundo, para se associarem à XXVII Semana Cultural, de acordo com o regulamento em vigor.

Ainda no âmbito cultural, gostava de lembrar que a Imprensa da Universidade de Coimbra foi fundada em 1772 pelos Estatutos da Universidade e os seus primeiros livros foram publicados em 1774. Celebramos, assim, em 2024, os 250 anos das primeiras publicações da Imprensa da Universidade de Coimbra.

A Imprensa da Universidade funcionou até 1934, quando foi extinta durante o Estado Novo. O Diretor era então o Professor Doutor Joaquim de Carvalho. Numa homenagem a este professor nascido na Figueira da Foz, foi instituído em 2010 o Prémio Joaquim de Carvalho, que anualmente distingue o melhor trabalho publicado pela Imprensa da Universidade no ano anterior.

A obra “A Oficina de Gil Vicente”, de José Augusto Cardoso Bernardes, Professor Catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é a vencedora da 15ª edição do Prémio Joaquim de Carvalho, que este ano conta com o apoio da “The Navigator Company”, uma empresa produtora de papel com forte ligação à Figueira de Foz.

A obra premiada centra-se na figura de Gil Vicente, que permaneceu ao serviço da corte régia durante 35 anos, escreveu e encenou cerca de meia centena de peças, abrangendo os diferentes géneros do teatro europeu de finais da Idade Média.

De acordo com o júri, a qualidade da obra permite afirmar que não é mais possível escrever sobre Gil Vicente sem a consulta cuidadosa deste trabalho erudito.

Mantendo-me na cultura, relembro o claustro de que na Abertura Solene do ano letivo anterior, tivemos pela primeira vez uma pequena obra cerimonial, em jeito de Fanfarra, para servir como marca musical de cada ano letivo. Com o inestimável contributo da Charamela da Universidade, a ideia foi valorizar o papel que a música tem nas cerimónias da nossa universidade e contribuir ainda para a criação de novo repertório para formações musicais análogas à nossa Charamela. Pretende-se também que, sempre que possível, estas obras sejam compostas por atuais ou antigos estudantes da UC que façam carreira como compositores.

A Fanfarra para o ano letivo 2024/2025 intitula-se "Fanfarra de Minerva" e é da autoria de André Granjo, atual responsável pela Charamela da Universidade.

André Granjo é natural do Troviscal, Concelho de Oliveira do Bairro e está ligado à Academia de Coimbra há cerca de três décadas. Licenciou-se em Antropologia na FCTUC, frequentou Mestrado e Doutoramento em Ciências Musicais da FLUC e durante 21 anos foi o Maestro e Diretor Artístico da Tuna Académica da Universidade de Coimbra. É Mestre em Direção de Orquestra pela Escola Superior de Música do Sul da Holanda e Mestre em Ensino da Música pela Universidade de Aveiro, tendo sido Visiting Scholar na Universidade do Norte do Texas entre 2009 e 2011. Atualmente é Professor Assistente Convidado no Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro e é o Maestro Titular e Diretor Artístico da Orquestra Académica da Universidade de Coimbra.

Ouviremos então, após o termo da minha intervenção, a fanfarra oficial para o ano letivo de 2024/2025, "Fanfarra de Minerva", de André Granjo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Antes de finalizar a minha participação nesta cerimónia, quero agradecer a forma exemplar como a equipa reitoral e as respetivas assessorias têm desempenhado as suas funções sem se poupar a esforços. Nos momentos mais difíceis senti sempre o vosso conforto e apoio incondicional. Acreditem sempre que o sucesso do nosso trabalho como equipa depende mesmo de todos. E também já me conhecem suficientemente bem para saberem que, nos momentos mais complicados, cá estarei para assumir as minhas responsabilidades.

Agradeço também a cooperação institucional prestada pelo Conselho Geral, Conselhos de Gestão da UC e SASUC, Provedora do Estudante e membros do Senado. Um agradecimento especial às Unidades Orgânicas e UECAFs, na pessoa dos seus Diretores.

Aos Senhores Administradores da UC e dos SASUC e Administradora-Adjunta da UC, assim como aos serviços da Reitoria e da Administração, queria aqui deixar o meu agradecimento pela forma profissional e competente como têm desempenhado as vossas funções.

Termino agradecendo de forma sentida a todas as pessoas que compõem o universo do Grupo UC: estudantes, corpo técnico, investigadores e docentes. Só com o vosso inestimável contributo conseguiremos levar mais longe e elevar mais alto o nome da UC.

Conto convosco, contem comigo.

Viva a Universidade de Coimbra.

Coimbra, Paço das Escolas, 02 de outubro de 2024

O Reitor,

Amílcar Falcão